

## **Carta Aberta da Sociedade Civil à Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil sobre a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP)**

27 de Outubro de 2023

O Brasil voltou! Celebramos o retorno do governo brasileiro ao cenário internacional como ator global defensor dos direitos humanos, celebramos os esforços em ampliar a participação social e celebramos a retomada dos diálogos entre o governo federal e a sociedade civil organizada.

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP) instituída em 1995, um ano após a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD 1994), realizada no Cairo, configurou-se o mecanismo de participação social e de monitoramento da implementação em âmbito nacional dos acordos firmados por nosso país na CIPD 1994 e dos acordos estabelecidos posteriormente no Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, no marco da Conferência Regional de População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (2013).

A CNPDP, extinta em 2019, a partir do desmonte das estruturas de participação social realizado no governo anterior, desempenhou nos seus quase 25 anos de existência papel fundamental na avaliação e proposição no Brasil sobre os temas de população e desenvolvimento, sendo referência em âmbito global de mecanismo de governança participativo sobre esta agenda. Com especial relevância, destacamos que na gestão federal entre 2013 e 2015, a CNPDP foi a instância de coordenação da expressiva posição do governo brasileiro junto à Conferência Regional de População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, seus desdobramentos e junto à atuação do país nas sessões anuais da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU.

A definição do Relatório Final do Conselho de Participação Social da Comissão de Transição Governamental (2022) indicando a recriação da CNPDP e os parâmetros para tal foi celebrada pela sociedade civil, que nos anos de extinção da CNPDP no governo passado defendeu arduamente os temas de população e desenvolvimento e monitorou sem apoio governamental a implementação da agenda.

Nestes quase 11 meses do governo Lula, trabalhamos em parceria com o governo federal nas ações de retomada da CNPDP, coordenadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O Grupo de Trabalho Técnico (GTT) para recriação da CNPDP contou com a participação ativa de organizações da sociedade civil e da academia que contribuíram em diálogo com as representações ministeriais para redação do novo Decreto de recriação desta instância.

O GTT da nova CNPDP entregou Relatório Final em 30/08/23 com um texto de Decreto aprovado por unanimidade pelos ministérios e representantes da sociedade civil. Contudo, sinalizamos preocupação com a não entrega pelo atual governo brasileiro do Relatório Nacional Voluntário sobre a implementação no país do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento em 2023, ano em que este documento, considerado o mais avançado no campo populacional entre todas as regiões, completa 10 anos.

Enfatizamos a urgência de recriação da CNPD, passados aproximadamente 2 meses da entrega do Relatório final do GTT com a proposição do Decreto da nova instância, apontamos preocupação com a letargia e não reinstalação até a presente data da CNPD. Entre 14 e 15 de novembro de 2023 se celebrará na sede da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL ONU) a reunião da mesa diretora da Conferência Regional de População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe. O Brasil entre 2013 e 2018 foi vice-presidente desta importante Conferência e em 2022, no governo passado, o país declinou de compor este fórum intergovernamental como vice-presidente, demonstrando o descaso da gestão anterior com a agenda e o diálogo multilateral.

O governo do presidente Lula desde janeiro de 2023 tem apresentado real compromisso com a reconstrução dos canais de participação social e com a relevância do Brasil no cenário internacional na busca do diálogo entre os países, especialmente em nossa região latino-americana. Entendemos que o governo brasileiro não pode apresentar-se na reunião da mesa diretora da Conferência Regional de População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe em novembro sem seu órgão de monitoramento, análise, proposição e participação da agenda, a CNPD, extinto. É imprescindível a rápida reinstalação da CNPD, em alinhamento ao compromisso assumido com o Relatório do GTT de recriação desta instância.

Acreditamos que o Brasil voltou e voltou no protagonismo da defesa integral da participação como método de governo, do diálogo e dos temas de população e desenvolvimento! Neste sentido, enfatizamos a necessidade de retomada imediata CNPD, como instância de diálogo e participação sobre a agenda de população e desenvolvimento no atual governo. Contem com a UNIÃO da sociedade civil, que atua desde a origem desta agenda, para a missão de auxiliar na RECONSTRUÇÃO dos postulados para a plena implementação dos temas de população e desenvolvimento no nosso país!

Assinam esta Carta:

- ActionAid Brasil
- Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
- Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
- Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO Nacional)
- Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)
- Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA)
- Associação de Mulheres pela Equidade (AME)
- Casa de Acolhimento Casa Marielle Franco Brasil
- Casa Fluminense
- Católicas pelo Direito de Decidir
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)
- Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
- Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS)

- Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA)
- Cineclubes Socioambiental EM PROL DA VIDA
- Coalizão Negra por Direitos
- Coletivo A Rocinha Resiste
- Coletivo Mangueiras: Jovens Feministas por Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Coletivo Nacional de Juventude Negra Enegrecer
- Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM/Brasil)
- Criola
- Engajamundo
- Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
- Fórum das ONG Aids do estado de São Paulo (FOAESP)
- Fórum de Saúde das Periferias da Bahia
- Frente Favela Brasil
- Frente Parlamentar Feminista Antirracista
- Gestos: Soropositividade, Comunicação e Gênero
- Grupo Curumim: Gestaçã e Parto
- Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDH)
- Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)
- Instituto Nacional Antirracista da Diversidade e Inclusão (INADI)
- Instituto Raízes em Movimento
- IPAS parceira para Justiça Reprodutiva
- Justiça Global
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
- Movimento Negro Unificado (MNU)
- MUSA: Programa Integrado em Gênero e Saúde/ISC/UFBA
- Observatório de Sexualidade e Política
- Odara: Instituto da Mulher Negra
- Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD)
- Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)
- Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- Rede de Mulheres Negras do Paraná
- Rede Médica pelo Direito de Decidir Brasil
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
- Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Feministas Negras (Candaces)
- Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersex (Rede Afro LGBT)
- Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO)
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa)
- Redes da Maré
- SOS Corpo: Instituto Feminista para Democracia
- Tamo Juntas
- Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos
- UJIMA: Trabalho Coletivo e Responsabilidade

